

CI-CPRI



Reforma da ONU



Prof. Maria Sousa Galito, Superintendente Pedro Clemente e Dra. Isabel Frada

21/01/2013



- 28/04/1919: Criação da **Liga das Nações**, pelo Tratado Versalhes. Missão: “promover a cooperação internacional, alcançar a paz e a segurança”.
- 24/10/1945: Criação da **Organização das Nações Unidas (ONU)**

Art.º 1 Carta da ONU: **Propósitos**

- **Manter a paz e segurança internacionais.** Por meios pacíficos e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional.
- **Desenvolver relações amistosas entre as nações**, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos.
- **Cooperação internacional** para resolver os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário.
- Ser um **centro destinado a harmonizar a acção das Nações** para a prossecução de **objectivos comuns**.



Reforma da ONU

A ONU tem 193 membros (teve 51 fundadores). É difícil agradar a todos.
A ONU é uma estrutura imensa, com interesses instalados.

Órgãos da ONU:

- Assembleia Geral
- Conselho de Segurança
- Conselho Económico e Social
- Secretariado
- Tribunal Internacional de Justiça
- O Conselho da Tutela suspendeu as suas actividades em 1994. (**Reforma**)



Que Tipo de Reforma?



Reforma da Carta das Nações Unidas



Capítulo XVIII (Emendas)

- **Artº 108:** “As emendas à presente Carta entrarão em vigor para todos os Membros das Nações Unidas, quando forem adoptadas pelos votos de dois terços dos membros da Assembleia Geral e ratificada de acordo com os seus respectivos métodos constitucionais por dois terços dos Membros das Nações Unidas, inclusive todos os membros permanentes do CS”.
- Desigualdade a favor dos 5 Membros Permanentes do CS.
Mina o princípio da igualdade jurídica e soberana de todos os Estados-Membros da ONU, consagrada no art.º 2, Parágrafo 1, da Carta da ONU.
Emendas muito difíceis de conseguir.

Todavia, a Carta da ONU já foi emendada.

- Em 1963 foram alterados os art.º 23º, 27º e 61º.
- Em 1968 foi corrigido o art. 109º.
- Em 1971 foi reformado o art. 61º.



Razões para a Reforma



Razões externas à organização. Porque houve mudanças:

- no poder relativo entre Estados (os vencedores do pós II Guerra Mundial já não são necessariamente os mais poderosos no séc. XIX)
- No tipo de ameaças à paz e segurança internacionais.

Razões internas:

- Necessidade de redefinir prioridades, através da supressão de programas obsoletos para concentrar recursos em programas importantes e actuais.
- Reorganizar o funcionamento da máquina intergovernamental, para tornar a organização mais representativa, democrática e eficaz.



Rivalidades e Falta de Consenso

Países Ocidentais

(valores comuns, direitos humanos, combate ao terrorismo).

- Por um lado, os EUA (manter ampla autonomia de acção).
- Por outro, os Europeus, o Canadá (aditem ceder autonomia para ter mais multilateralismo. Favoráveis à “responsabilidade de proteger”).

Outros Países

(ONU distribui AID e reconhece o direito à autodeterminação).

- Mais radicais contra reforço dos mecanismos de direitos humanos, para evitar ingerências nos seus territórios. Às vezes apoiados pela China e pela Rússia.

EUA	22 %
Japão	12,53 %
Alemanha	8,018 %
Grã-Bretanha	6, 604 %
França	6, 123 %
Itália	5 %
Canadá	3, 207 %
China	3, 189 %
Espanha	3.177%
México	2.356%
Coreia do Sul	2.260%
Austrália	1.933%
Holanda	1.855%
Brasil	1.611%
Rússia	1.602%
Outros	18.536%

**Maiores Contribuintes
p/ Orçamento da ONU**



Outras Dificuldades



- ONU potencial/ sempre em reforma (10/10 anos). Várias mudanças informais.
- Mas as grandes reformas não se efectivam por razões políticas
- A ONU tem diferentes órgãos e cada qual tem a sua agenda
- Na ONU operam vários grupos informais que competem entre si (*Lobbying*)
- Dificuldades financeiras
- Falta de coordenação e duplicação de serviços no terreno
- Falta de transparência
- Tensão entre o Conselho de Segurança e a Assembleia-Geral





Reforma do Conselho de Segurança

Declaração do Milénio (Parágrafo 30): “Redobrar os nossos esforços para conseguir uma reforma ampla do Conselho de Segurança em todos os seus aspectos.”

- CS: A principal função é a manutenção da paz e da segurança internacionais
- Em 1950, a Resolução “Unidos pela Paz” confere poder à Assembleia Geral para tomar acção colectiva se há falta de consenso e inacção no CS.
- Prática informal : abstenções não bloqueiam a aprovação da decisão do CS.

- 1945: ONU (52 países). CS 11 (5 permanentes e 6 não-permanentes)
- 1965: ONU (117 países). CS 15 (5 permanentes e 10 não-permanentes)
- 2013: ONU (193 países). CS 15 (**Reforma?**)



Reforma do CS

- Faz sentido manter o Directório?
- Ordem mundial mudou.
- Alemanha e Japão já não são considerados “Estados Inimigos”

Art.º 77, b: (O sistema de tutela deve ser aplicado) aos territórios que possam ser separados de Estados inimigos em consequência da Segunda Guerra Mundial

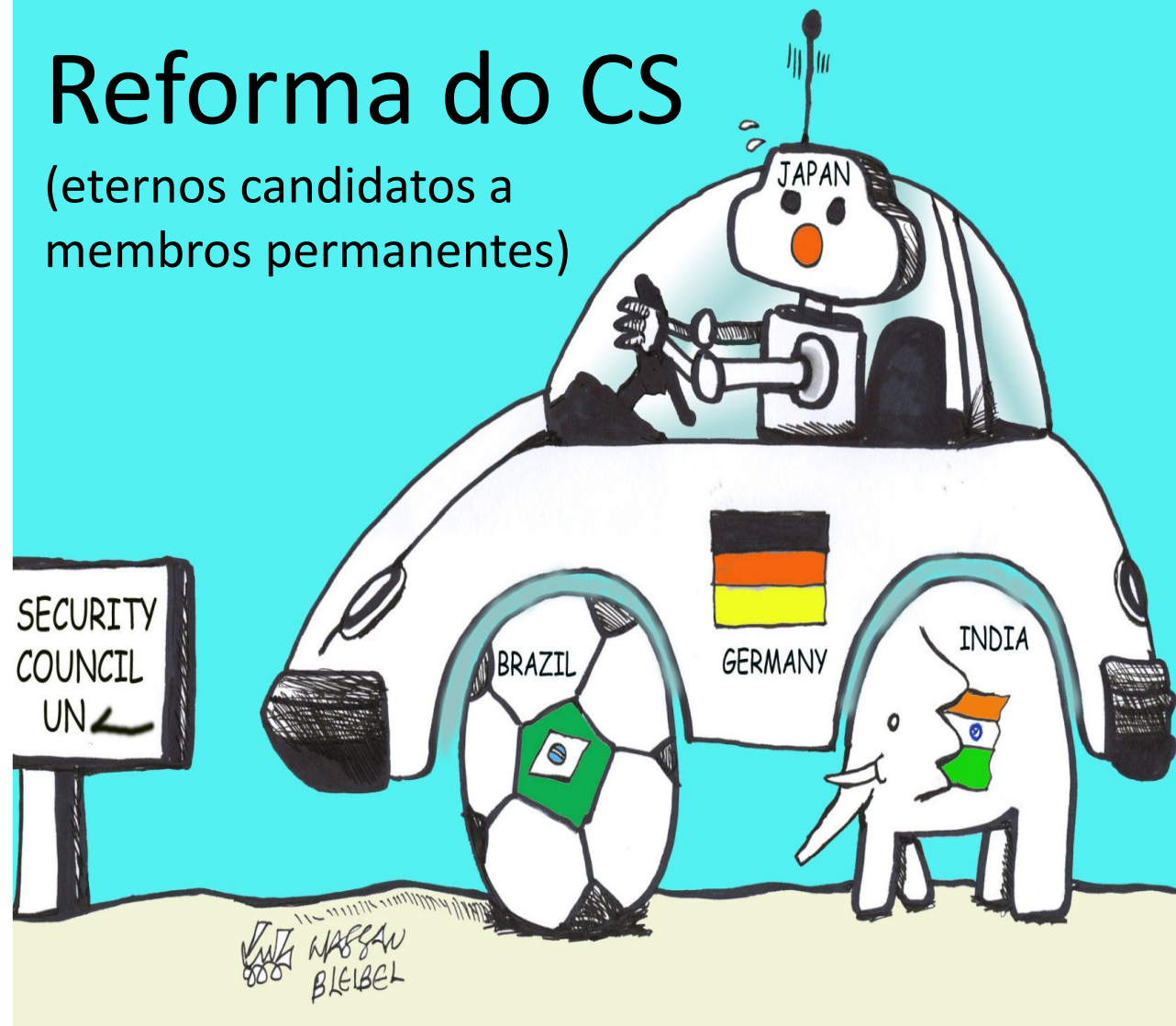


Alternativas de reforma no Conselho de Segurança:

- **Modelo A** (+6 semi-permanentes, pois sem direito de veto + 3 não-permanentes. Ou seja, **5P + 6SP+ 13 NP**).
- **Modelo B** (+8 NP com mandato de 4 anos + 1NP com mandato de 2 anos. Ou seja, **5P + 8NP4 + 11 NP2**).
- **Modelo G4** (+ 6P + 4NP. Ou seja, **11P + 14 NP**).
- **Modelo da União Africana** (+5P + 6NP. Ou seja, **10P+16 NP**).
- **Modelo do Panamá** (+6 NP. Ou seja, **5P + 16 NP**).
- **Modelo S5** (+ transparência operacional do CS).

Reforma do CS

(eternos candidatos a membros permanentes)



Rivalidades Regionais:

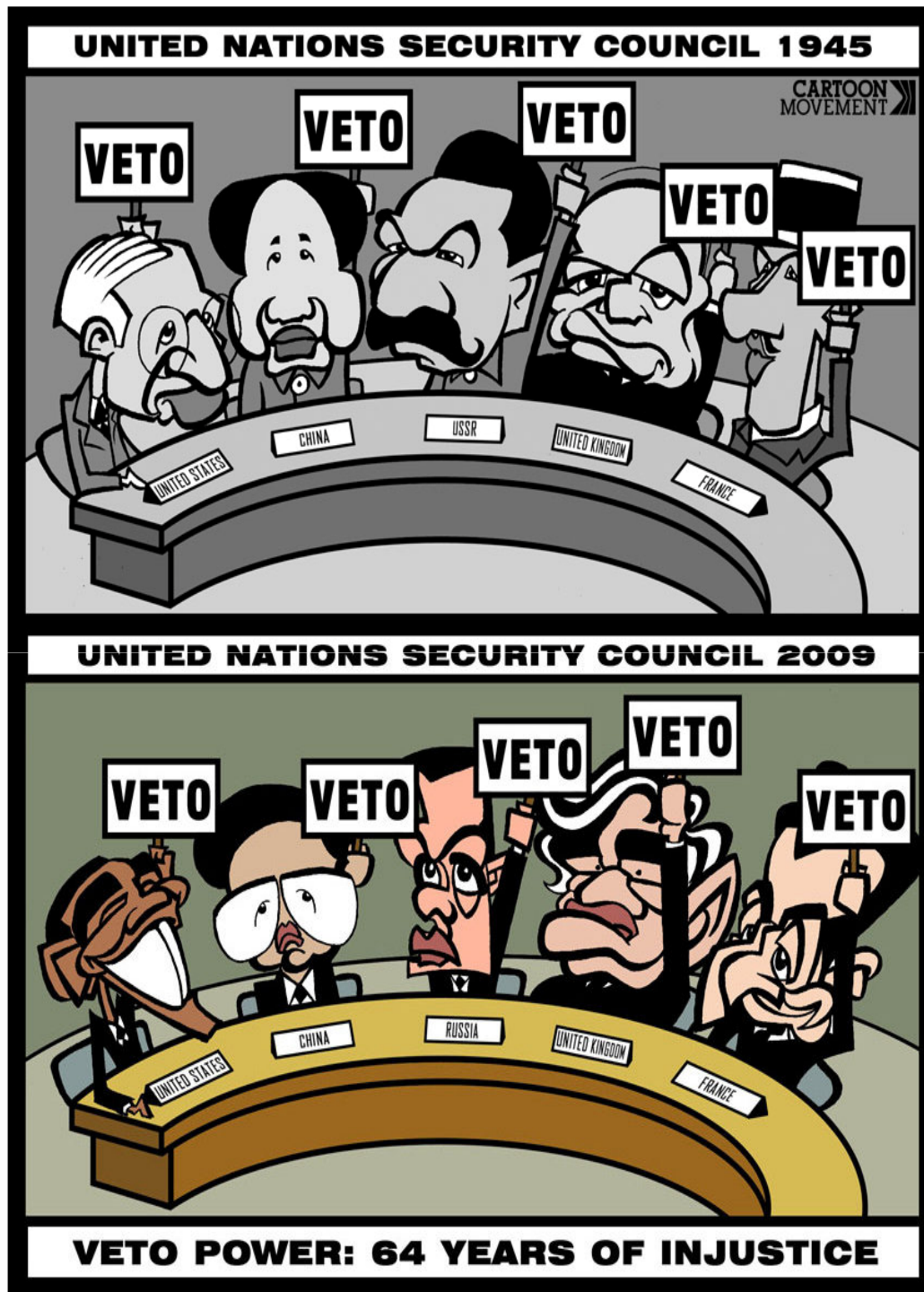
Alemanha vs.
Itália, GB, França

Brasil vs.
Argentina, EUA,
México

Índia vs.
Paquistão e China

Japão vs. China e
Coreia do Sul





Membros Não Permanentes:

01/01/2012 a 31/12/2013

- Azerbaijão
- Guatemala
- Marrocos
- Paquistão
- Togo

01/01/2013 a 31/12/2014

- Argentina
- Austrália
- Ruanda
- Luxemburgo
- Coreia do Sul



Reforma da Assembleia Geral



Declaração do Milénio (Parágrafo 30): “Decidimos, portanto: reafirmar o papel central da Assembleia Geral como principal órgão deliberativo, de adopção de políticas e de representação das Nações Unidas, dando-lhe os meios para que possa desempenhar esse papel com eficácia.”



Reformas da Assembleia Geral

- **Redução da agenda (excesso de questões leva à inoperância e à lentidão)**
- **Resolução A/48/264 (20/07/1993):** o plenário da AG deve ser um fórum para declarações de alto nível, para consideração de questões de importância política e/ou de urgência. Itens iniciados em plenário podem ser alocados a um Comité.
- **Resolução 57/387 (09/09/2002).** Relatório sobre reformas do Secretário Geral da ONU, Kofi Annan: ***Fortalecer as Nações Unidas: Uma Agenda para a Mudança.***
- **Resoluções A/58/126 (19/12/2003) e A/58/316 (01/07/2004).** Propõe medidas concretas para reorganizar a AG, racionalizar a ordem de trabalhos, melhorar as práticas das Comissões Principais e reforçar o papel da Mesa.



Reforma do Conselho Económico e Social

Declaração do Milénio (Ponto 30): “Reforçar ainda mais o Conselho Económico e Social, com base nos seus recentes êxitos, de modo a que possa desempenhar o papel que lhe foi atribuído pela Carta.”

«Quando os governos afirmam a globalidade da crise, talvez possam avaliar se é alguma entidade ou país, com limitação regional, que pode assumir lideranças sem fundamento, ou se o Conselho Económico e Social deverá ser chamado a pronunciar-se sobre os novos paradigmas éticos e jurídicos que esta situação sem precedentes está a exigir, até em nome da paz.» (Adriano Moreira, 2012)





Reforma do Tribunal Internacional de Justiça

(sede em Haia)

- ***Declaração do Milénio (Parágrafo 30):*** “Reforçar o Tribunal Internacional de Justiça, de modo a que a justiça e o primado do direito prevaleçam nos assuntos internacionais.”

Hipóteses de reforma:

- Ampliar as competências do TIJ.
- Alterar a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória.
- Bloquear a possibilidade de reeleição dos juízes do TIJ.
- Introduzir limite de idade.
- Promover a igualdade (há poucas juízas).
- As organizações intergovernamentais poderiam participar nos pareceres contenciosos.
- Maior controlo dos órgãos políticos (em especial o CS).



Reforma Secretariado



Ban Ki-Moon (Secretário-Geral da ONU)

- Secretário-Geral nomeado pela AG, mediante recomendação do CS. Mandato 5 anos.
- **Resolução 57/387 (09/09/2002).** Relatório sobre reformas do Secretário Geral da ONU, Kofi Annan: ***Fortalecer as Nações Unidas: Uma Agenda para a Mudança.***

- ***Declaração do Milénio (Parágrafo 30):*** “Instar o Secretariado a que, de acordo com as normas e procedimentos claros acordados pela Assembleia Geral, faça o melhor uso possível desses recursos no interesse de todos os Estados Membros, aplicando as melhores práticas de gestão e tecnologias disponíveis e prestando especial atenção às tarefas que reflectem as prioridades acordadas pelos Estados Membros.”



Operações de Paz da ONU

Foi celebrado o dia Internacional: **29 Maio 2012**

Prémio Nobel da Paz de 1988

Declaração do Milénio (Prefácio): “reforço das operações de paz das Nações Unidas, para que as comunidades vulneráveis possam contar connosco nas horas difíceis. (...) combatêssemos a injustiça e a desigualdade, o terror e o crime, e que protegêssemos o nosso património comum, a Terra, em benefício das gerações futuras.”

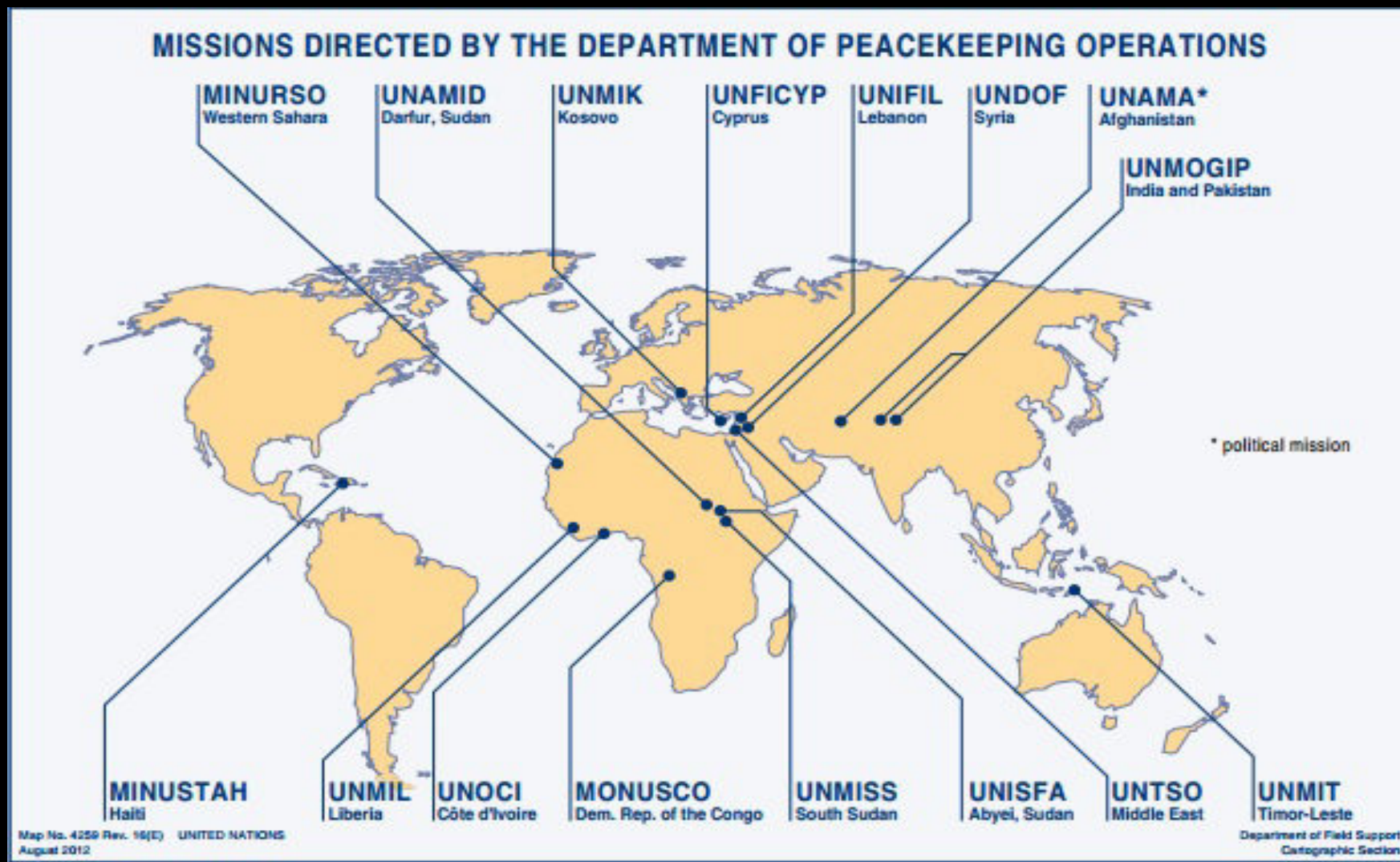
Em 2000, Relatório Brahimi (A/55/305, S/2000/809):

- Sugestões sobre condições mínimas para o êxito das missões de manutenção da paz.
- Obtenção de mandatos claros e realistas do CS.
- Obtenção do consentimento das partes em conflito e recursos suficientes.
- Criou uma Unidade de Boas Práticas para tirar lições das missões.
- Criou um mecanismo de financiamento para novas missões.
- *O DOMP reorganizou o Sistema de Forças e Meios de Reserva da ONU.*



Operações de Manutenção da Paz ONU

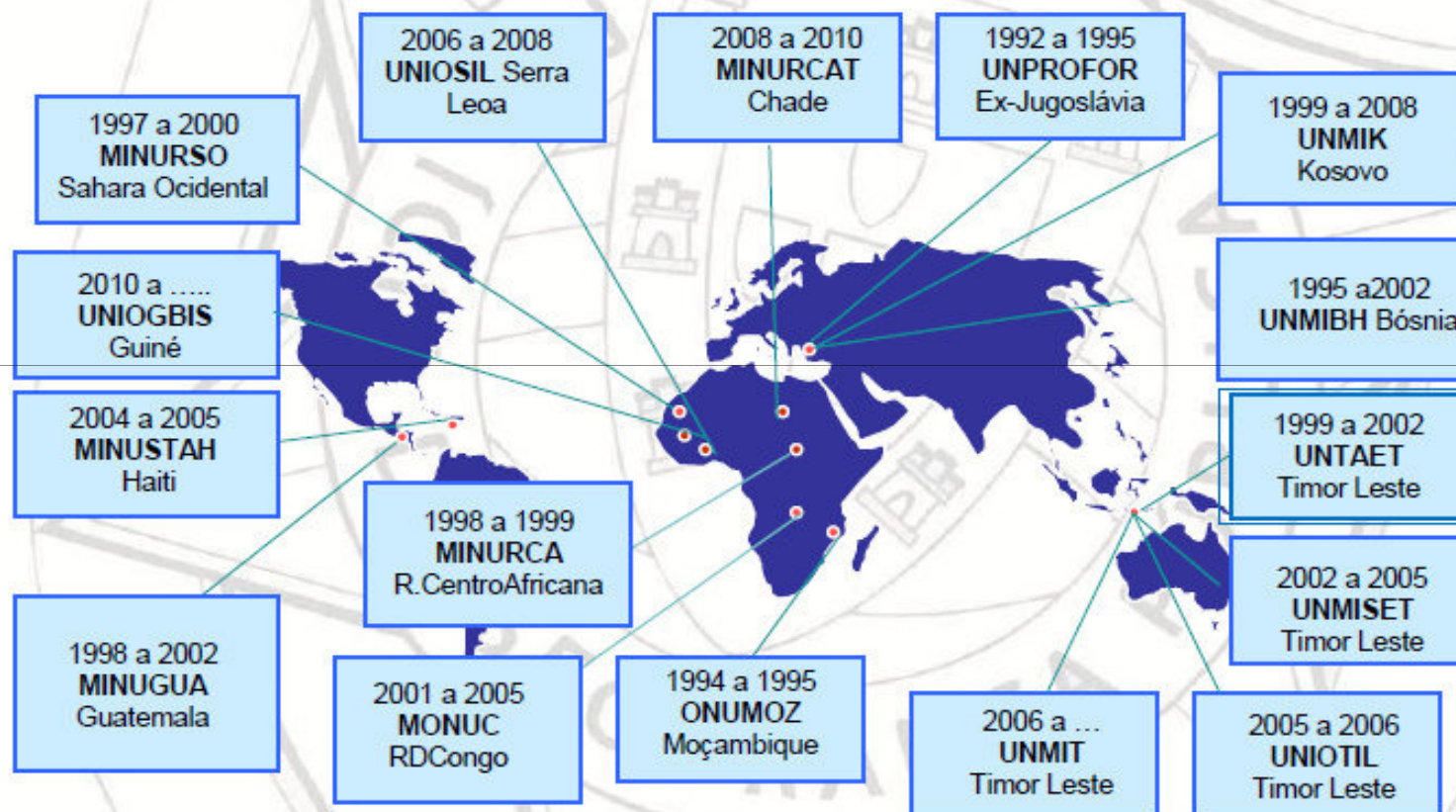
Agosto 2012



Fonte: <https://www.un.org/Depts/Cartographic/map/dpko/PKO.pdf>

GESTÃO CIVIL DE CRISES NO ÂMBITO DA ONU

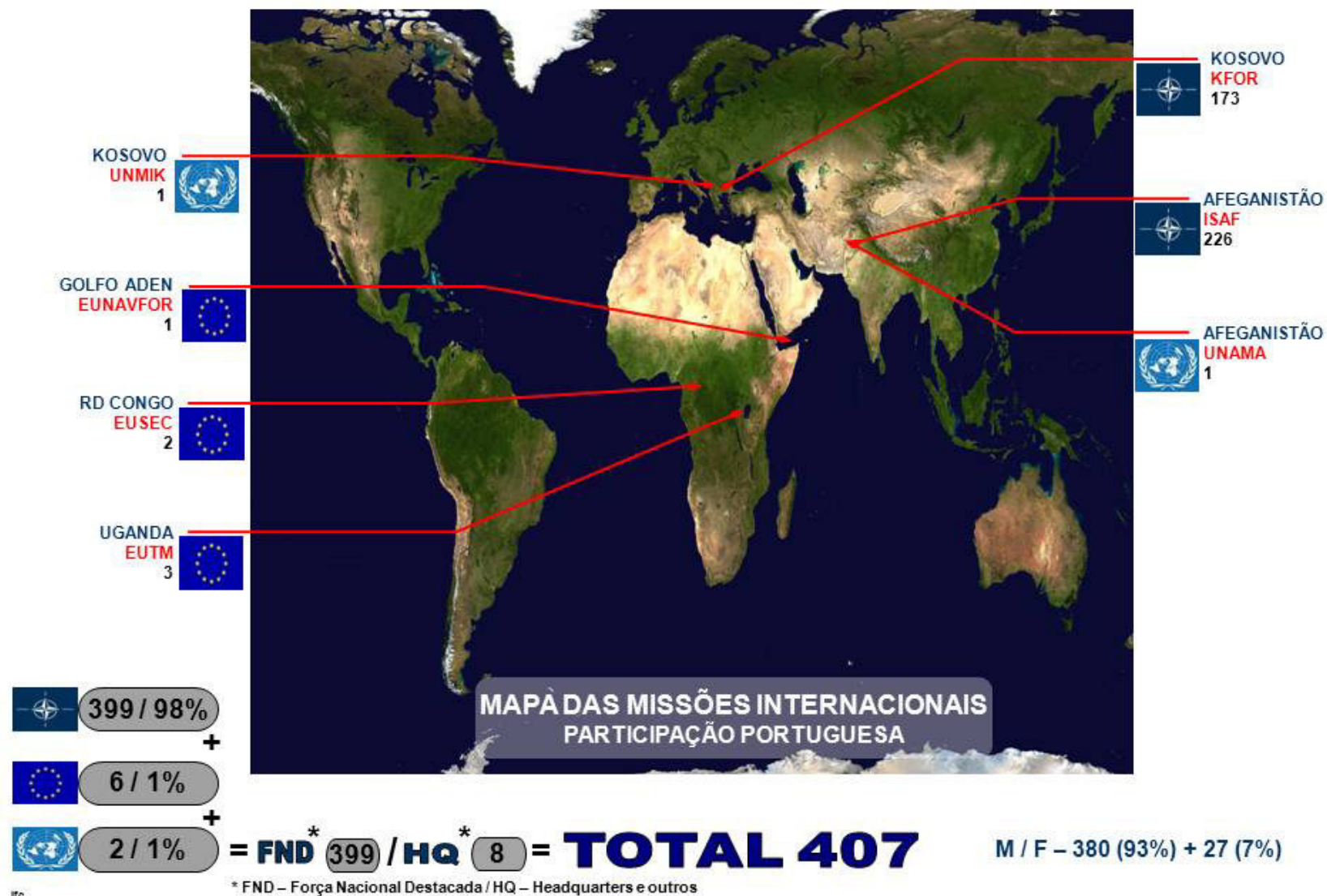
A PSP no Mundo





ESTADO-MAIOR-GENERAL
DAS FORÇAS ARMADAS

11 janeiro 2013



Fonte: http://www.emgfa.pt/useruploads/files/mp_miss%C3%95es_-_11_jan_2013.jpg

ONU e a Língua Portuguesa

- Os idiomas oficiais da ONU: Inglês, Francês, Árabe, Chinês, Russo e Espanhol
- Dia da Língua Portuguesa, celebrado na UNESCO (nem sempre no mesmo dia)

O Brasil, por tradição, abre a Assembleia Geral, por ter sido o 1º país a tornar-se membro da ONU, em 1945, após o fim da II Guerra Mundial.

A Presidência Portuguesa da CPLP decidiu assegurar a tradução do Português por ocasião da abertura e debate geral da 63ª Assembleia-Geral da ONU. Pela 1ª vez, os Chefes das Delegações Nacionais dos Estados Membros da CPLP puderam exprimir-se em português.

Hipótese de Reforma:

- Língua Portuguesa como idioma oficial da ONU
- Implementar o ensino da língua portuguesa dentro da própria ONU, para aumentar o n.º de falantes entre os trabalhadores da organização.



Portugal e ONU

- Portugal aderiu à ONU a 14/12/1955.
- Possui uma Missão Permanente junto da ONU (Embaixador José Moraes Cabral).



António Guterres, Alto-Comissário da ONU para os Refugiados (ACNUR), nomeado por Kofi Annan a 24/05/2005

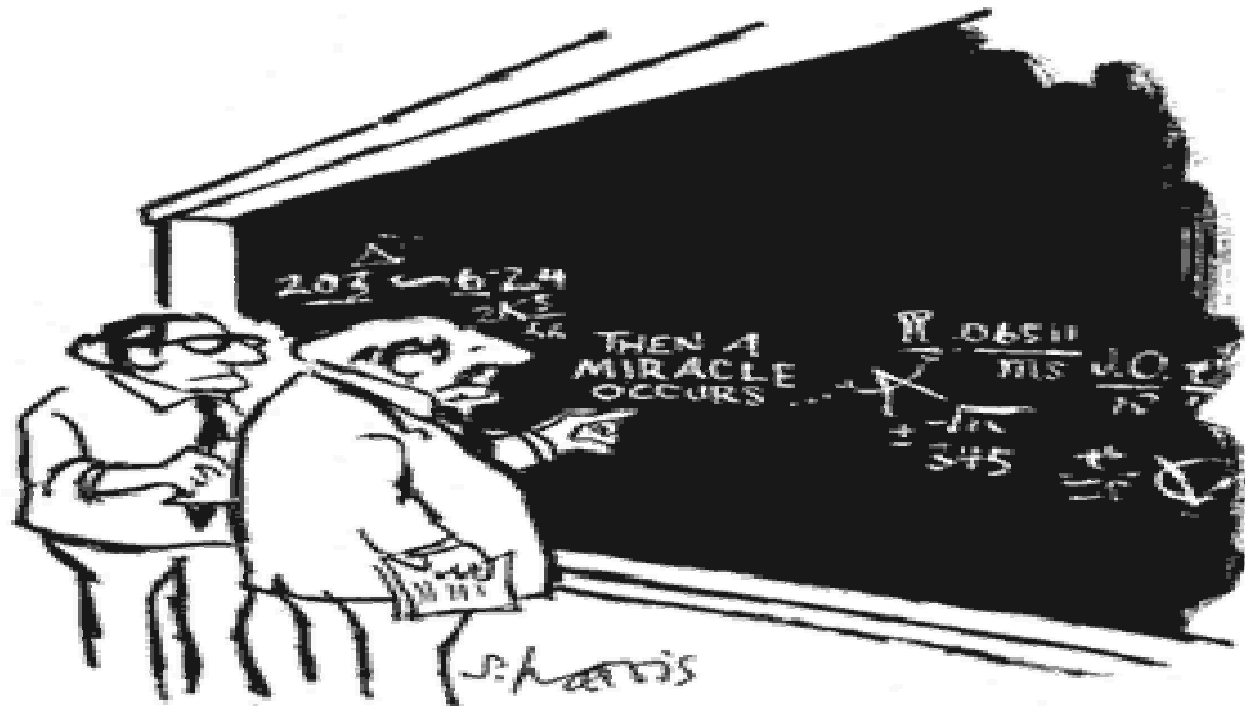


Jorge Sampaio, primeiro Alto-representante da ONU para o Diálogo das Civilizações, nomeado a 26/04/2007 por Ban Ki-Moon.



Soluções para o Futuro

Reforma da ONU. Paz e Segurança Internacionais



"I THINK YOU SHOULD BE MORE EXPLICIT HERE IN STEP TWO."

Na sofisticada fórmula matemática, surge a variável “e um milagre acontece”. Técnico pede: “acho que devia explicar melhor esta parte”.

**Obrigada
a Todos!**

